



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 175353-9 – Comarca de Palmares
Agravante: Cláudio de Barros Sales.
Agravado: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

5526

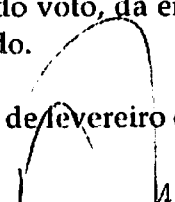
EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REJEIÇÃO DAS CONTAS PELO TCE. OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. PUBLICAÇÃO DE LISTA COM NOME DOS VEREADORES. POSSIBILIDADE. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO UNANIMEMENTE. 1. O Tribunal de Contas é órgão constitucional de controle externo que possui, dentre outras atribuições, a de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis pelo dinheiro, bens e valores públicos. 2. Assegurado ao agravante o contraditório e a ampla defesa no processo que tramitou no órgão fiscalizador das contas e, por determinar o art. 37 da CF/88 que os atos estatais e de seus agentes devem ser públicos, não se pode impedir a divulgação de decisão oficial do Tribunal de Contas. 3. Obediência ao princípio da publicidade dos atos administrativos. 4. Agravo de instrumento desprovido unanimemente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 175353-9, acima referenciado, julgado em sessão realizada na data de 28/01/2010, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 1º de fevereiro de 2010


Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Cabinele Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 175353-9 - Comarca de Palmares

Agravante: Cláudio de Barros Sales.

Agravado: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Como relatório, adoto o do parecer da douda Procuradoria de Justiça, de fls. 89/90, que leio, ali opinando-se pelo desprovimento do presente agravo de instrumento.

Em seguida, vieram os autos conclusos.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 18 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
17ª Procuradoria de Justiça Cível Proc. nº 175353-9

Recorrente: CLÁUDIO DE BARROS SALES
Recorrido: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (TCE - PE)

PARECER

Trata-se de agravo de instrumento interposto, objetivando a reforma de decisão prolatada em ação de medida cautelar na ação de declaração de nulidade de decisão, que indeferiu pedido de não divulgação das decisões do TCE - PE.

Em suas razões, em resumo, o agravante alega que a Câmara Legislativa de Palmares ainda não discutiu o parecer do TCE-PE e, desta forma, o referido Tribunal não poderia incluir o nome do recorrente em lista, desrespeitando o princípio do contraditório, ampla defesa e presunção de inocência. Ou seja, estariam presentes os requisitos para a concessão da liminar, por ser um homem íntegro e de conduta ilibada, pois caso não seja suspensa a decisão do Tribunal de Contas, haverá dano irreparável ao agravante.

Já o agravado não apresentou suas contra-razões (fl. 69).

Tendo em vista o interesse público primário desta lide, inclusive por se tratar de matéria que possivelmente acarretaria possível inelegibilidade de candidato, esta Procuradoria passa a opinar:

Inicialmente deve ser observado que o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, conforme prevê sua Lei Orgânica (Lei nº 12.600/2004 arts. 1º e seguintes) é órgão constitucional de controle externo, que, entre outras competências, cabe julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos dos Poderes do Estado, dos Municípios e das entidades da administração indireta.

Deve ser lembrado ainda que a decisão do Tribunal, de que resulte imputação de débito e/ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
17ª Procuradoria de Justiça Cível Proc. nº 175353-9

90
TR
099


Também não consta dos autos prova de que durante a tramitação do legítimo processo no TCE -PE não foi garantido ao agravante a ampla defesa e o contraditório.

Todavia, conforme previsão do art.37 da Constituição Federal, os atos dos Estatais e seus agentes, inclusive do Poder Legislativo, como no caso em tela, devem ser públicos, não podendo ser impedida a divulgação de posicionamento tomado oficialmente.

Por fim não consta dos autos qualquer prova de que o posicionamento do Tribunal de Contas de Pernambuco tenha sido incorreto ou que não foram garantidas todas as condições de defesa do agravante. Ou seja, o Sr. Cláudio de Barros Sales em nenhum momento se insurge quanto a forma que foi conduzido o processo de contas, objeto deste recurso.

Por todo o exposto, por não estarem presentes os requisitos para a concessão de liminar, opina esta Procuradoria de Justiça pelo não conhecimento e provimento do recurso.

Recife, 30 de julho de 2009.


JUDITH PINHEIRO SILVEIRA BORBA
PROCURADORA DE JUSTIÇA.
Por convocação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Roberto Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 175353-9 -- Comarca de Palmares
Agravante: Cláudio de Barros Sales.
Agravado: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

VOTO

O cerne da questão em apreço reside na possibilidade ou não de divulgação do nome do agravante entre aqueles que tiveram suas contas rejeitas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco antes da apreciação do julgamento pela Câmara de Vereadores do Município de Palmares.

De início, necessário lembrar que Tribunal de Contas é órgão constitucional de controle externo que possui, dentre outras atribuições, a de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis pelo dinheiro, bens e valores públicos.

No caso dos autos, verifico que não se questiona a legalidade do processo administrativo que culminou com a rejeição das contas prestadas pelo agravante, mas tão somente o fato da divulgação de seu nome antes da manifestação da Câmara de Vereadores.

Ora, tendo sido assegurado ao agravante o contraditório e a ampla defesa no processo que tramitou no órgão fiscalizador das contas e, por determinar o art. 37 da CF/88 que os atos estatais e de seus agentes devem ser públicos, não se pode impedir a divulgação de decisão oficial do Tribunal de Contas, como pretende o agravante.

Assim, feitas essas considerações, nego provimento ao presente agravo de instrumento.

É como voto.

Recife, 28 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator